

Agregados no Termo de Franca (1801-1820)

Marina Costa de Oliveira*¹

Os estudos clássicos sobre a sociedade colonial demonstravam que a população brasileira era composta, em sua maioria, por escravos negros, alguns proprietários brancos de grandes plantéis e, é possível notar, uma quase inexistência de homens livres não-proprietários de escravos. A constituição da família com casamento reconhecido diante da Igreja eram benefícios exclusivos da elite branca, enquanto que para os mestiços e negros, tinha-se o concubinato e a prole ilegítima (PRADO JÚNIOR, 1987).

Para a construção dessa imagem, muitas vezes utilizou-se a obra de Gilberto Freyre, que hoje vem sendo discutida e reavaliada devido, a época, a região e as variáveis socioeconômicas que o estudo considerava. É nesse ponto que, talvez, possamos ver as maiores contribuições dos estudos de demografia histórica para a historiografia brasileira (FREYRE, 1997).

Os estudos demográficos mostraram que a sociedade brasileira não era composta do binômio escravo – senhor com grandes propriedades (GORENDER, 1978) e que havia outras realidades sociais como proprietários de pequenos plantéis que trabalhavam na lavoura, lado ao lado de seus escravos, homens livres que não possuíam a posse de cativos, agregados e mulheres, “cabeças de fogo” com ou sem escravos.

Os estudos de história demográfica, com ênfase na família, afastaram a ideia de que em todo o Brasil estas eram patriarcais e extensas como na lavoura açucareira do Nordeste Brasileiro, nota-se que cada região apresentava especificidades em sua população e nas famílias que compunham a sua sociedade sejam com famílias grandes com muitos agregados chefiados por homens, ou em famílias chefiadas por mulheres viúvas ou solteiras (BACELLAR, SCOTT, BASSANEZI, 2005 e MARCÍLIO, 1997, 2000).

¹ * Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/FRANCA). Bolsista de mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O presente estudo, busca analisar a presença do agregado em uma economia de subsistência dentro do contexto de modificações demográficas que ocorreram na Capitania de São Paulo ligada às grandes fazendas com cultivos geralmente destinados ao mercado externo como as grandes plantações de açúcar nas áreas de Campinas, Jundiá, Itu e Sorocaba, e as lavouras de café no Vale do Paraíba (PETRONE,1968 CANO,2002). * Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/FRANCA). Bolsista de mestrado do Conselho Nacional

E na Capitania de Minas Gerais, durante a diminuição das atividades mineradoras (FURTADO, 1995) e o crescimento da produção agropecuária, (LENHARO, 1979) ocorreu um notável aumento dos mercados locais e regionais, incluindo a instalação da Corte no Rio de Janeiro. As mercadorias mineiras eram escoadas por vários caminhos que ligavam ambas as Capitanias, estimulando o povoamento, gerando riquezas e comunicação entre as diferentes regiões (OLIVEIRA, 1997). Esse é o caso do Sertão do Rio Pardo, área correspondente à freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca e Rio Pardo² (região do Nordeste Paulista), que devido a *Estrada dos Goyazes*, (caminho que se iniciava em Mogi-Mirim e ligava o comércio do centro-sul) teve a sua povoação e dinamização de sua economia.

O povoamento do Nordeste Paulista no século XVIII estava ligado aos pousos destinados ao abastecimento dos viandantes e de suas tropas na *Estrada dos Goyazes*, tratando-se de uma população pequena e dispersa, oriunda de São Paulo, que se fixou pelo caminho com domicílios compostos de uma família, poucos escravos e alguns agregados que perfaziam uma economia destinada para o consumo local de gêneros de subsistência e escoavam os seus excedentes com os viandantes da Estrada (CHIACHIRI, 1973).

No século XIX, temos a ocupação efetiva do Nordeste Paulista com migrantes mineiros que buscavam novas áreas para a ampliação da produção de gêneros para o mercado interno, em virtude da decadência do ouro (OLIVEIRA, 1997).

² Em 1804, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca e Rio Pardo, No ano de 1821, Franca foi elevada a categoria de Vila Franca d’El Rey, contudo a Câmara foi instalada apenas em 1824, quando o nome foi modificado para Vila Franca do Imperador. Bacellar, C. A. P e Brioschi, L. R. **Na estrada do Anhanguera. Uma visão regional da história paulista.** São Paulo: Humanitas FFLCH/USP P.81, 1999.

No presente artigo, baseando-se nas Listas Nominativas de Habitantes³ dos anos de 1801 e 1820 da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca e Rio Pardo (Franca/SP), analisaremos primeiramente o início do século XIX em que observamos uma população livre pequena, com poucos escravos e uma presença relativa de agregados em uma economia destinada à produção de gêneros para o próprio consumo. Secundariamente, observamos a segunda década do século XIX, em que, notamos um gradativo aumento da população livre e de seus cativos e a diminuição da presença do agregado nos fogos. A economia se tornara mais dinâmica com uma produção destinada à subsistência e a mercados locais e regionais.

O afluxo populacional de mineiros para o Nordeste Paulista teve início por volta de 1804, ano em que é nomeado para Capitão-mor o mineiro Hipólito Antônio Pinheiro, sendo também o ano da criação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca e Rio Pardo tornando-se ponto de referência regional segundo Brioschi: “*A base de referência será a Freguesia da Franca, cujos limites se estenderiam desde o Ribeirão do Cubatão (que deságua no Rio Pardo até o Rio Grande, ficando a leste os indecisos limites com a Capitania das Minas Gerais e a oeste o Sertão ainda inconquistado*” (BRIOSCHI, 1991)

Com a afluência de mineiros, a localidade presenciou um relativo crescimento, passando de 174 habitantes em 1779, para 600 em 1801, 690 em 1804, subindo para 1279 em 1809 e passados onze anos atingindo 3020 pessoas.⁴

A economia do Nordeste Paulista, mais especificamente do Sertão do Rio Pardo e da Freguesia da Franca, caracterizava-se pela diversificação das atividades produtivas e pelo seu caráter mercantil. Em 1801, as principais atividades econômicas eram: agricultura, pecuária e mineração. Em 1820, a lavoura e a criação de animais continuaram a ser a principal fonte de renda, porém temos o acréscimo de atividades de caráter mercantil com a presença de negociantes e comerciantes de sal.

³ As Listas Nominativas são recenseamentos elaborados pelos membros das Companhias de Ordenanças e, em geral, continham os fogos (domicílios) e seus respectivos moradores, sendo livres, agregados e escravos.

⁴ Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1804, 1809 e 1820. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Na Tabela 1, ao observarmos os fogos⁵ que produziam um determinado gênero, notamos que o gênero agrícola mais presente nos domicílios era o milho. Em 1801, aparecia em 10 fogos (15% do total de domicílios) e em 1820, já estava presente em 215 fogos (56% do total de domicílios). A predominância pode ser compreendida, devido às facilidades do plantio e os seus usos na alimentação como fubá, farinha e canjica e também para a engorda de animais como suínos que apresentavam uma criação bastante ampliada na segunda década do século XIX, no termo de Franca que era um dos maiores produtores de suínos da capitania de São Paulo. (OLIVEIRA, 1997).

Outros gêneros de subsistência eram produzidos como o feijão encontrado em 07 domicílios (10% do total de unidades) em 1801, e 202 (53% do total de fogos) em 1820. Além disso, podemos observar o crescimento da participação de produtos como o arroz e o algodão nas unidades produtoras. Em 1801, apenas dois domicílios cultivavam esses gêneros passando, respectivamente, para 25 e 30 fogos em 1820.

Nas Listas Nominativas, também encontramos as culturas, em menores quantidades, de mandioca, fumo e mamona. Essa produção agrícola atendia aos próprios produtores e estes vendiam os seus excedentes aos mercados locais para abastecer os viajantes que andavam pelo *Caminho dos Goyazes*.

⁵ Optou-se por apresentar o número de domicílios que produziam um determinado produto e não as suas quantidades, em virtude das peculiaridades de produção em cada unidade.

Tabela 1 - Produção dos Fogos – Franca 1801 e 1820

PRODUTOS	PRODUÇÃO DOS FOGOS	
	1801	1820
MILHO	10	215
FEIJÃO	7	202
ARROZ	1	25
FARINHA	2	3
ALGODÃO	1	30
FUMO	0	2
MAMONA	0	1
PORCO	3	83
VACUM	11	45
CAVALO	4	-
POTROS	-	10
GARROTES	-	1
VACA	-	1
SAL	-	5
QUEIJO	-	6
OURO	1	0
ÁGUA	-	2

Fonte:Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801 e 1820. Arquivo Público do Estado de São Paulo

O comércio de bovinos, recenseado em 11 domicílios em 1801 e 45 em 1820, era feito com Minas Gerais em São João Del Rey, e com São Paulo em Sorocaba, Piracicaba, Mojiguagu e Jundiaí, sendo a pecuária o centro dinâmico da economia, pois essa funcionava como incentivadora de outras atividades como as manufaturas de couro, comércio de sal e agricultura de subsistência.

A pecuária possuía várias atividades que movimentavam a economia local, desde a preparação das pastagens, cultivo de gêneros para o consumo dos indivíduos e do gado, até subprodutos destes, como o queijo⁶, o leite, a carne e o couro que era curtido e transformado em arreios, sela e botas (OLIVEIRA,1997).

A criação de suínos passou a ter maior representatividade nos domicílios na segunda metade do século XIX, pois em 1801 ela estava presente em apenas 3 domicílios, enquanto que em 1820,era encontrada em 45% das unidades produtoras da Freguesia de Franca.

⁶ Na Lista de Habitantes de 1801 não encontramos referências a produtores de queijo. na Lista de Habitantes de 1820, temos 6 comerciantes de queijo que produziram/comercializaram 1900 queijos ao total. Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801 e 1820. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O comércio de sal foi uma atividade que se desenvolveu devido à pecuária. O sal servia de alimento para o gado e como conservante da carne, vindo de Santos era estocado e comercializado no fluxo contrário do gado (TOSI,1998). Em 1801, não encontramos a comercialização de sal nos fogos, enquanto que em 1820, essa atividade estava presente em 5 domicílios.

Com uma economia de subsistência e abastecimento interno, o Termo de Franca possuía uma economia com certo dinamismo que justificava a presença e o aumento de uma população considerável tanto de livres como de escravos e que foi se modificando, paulatinamente, no decorrer do tempo (OLIVEIRA,1997). Podemos observar essas mudanças ao compararmos os anos de 1801 e 1820. Observando os dois períodos, notamos que com o deslocamento das famílias mineiras, com seus agregados e escravos, a socialização foi sendo desenvolvida, aumentando o número de fogos de 66 em 1801, para 111 em 1805, para 220 em 1808 e atingindo 379 em 1820.⁷

Deste modo, é necessário explicar o conceito de fogo empregado nas Listas Nominativas que tem várias interpretações, segundo Costa o fogo ou domicílio corresponde a: *“Edificação (ou conjunto de edificações) que se pode considerar como uma unidade habitacional”* (COSTA, 1982).

Nota-se que o termo fogo coincide com domicílio, no qual vivem pessoas com laços de parentesco, ou com relações de dependência do chefe do fogo que encabeçava o recenseamento do fogo e poderia ser ou não o chefe da família.

Em 1801, a população total do Sertão do Rio Pardo (incluindo livres, agregados e escravos) era de 600 almas, sendo 337 livres, 167 agregados⁸ e 96 escravos. Com as migrações e aumento natural da população, em 1820, a população total (livres, agregados e escravos) era de 3020 almas, sendo 1898 livres, 117 agregados e 1005 escravos.

⁷ Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1805, 1808 e 1820 - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁸ Na presente análise, os agregados foram separados dos livres, devido à relação de dependência que mantinham com o chefe do fogo e, posteriormente, serão analisados separadamente. Foram considerados agregados, apenas aqueles que são apontados nessa categoria na documentação.

Tabela 2 – Características Gerais dos Fogos – Franca 1801 e 1820

	ANO 1801	ANO 1820
Nº de FOGOS	66	379
Nº de LIVRES	337	1898
Nº de AGREGADOS	167	117
% de AGREGADOS no TOTAL da População livre	33%	0,5%
Nº de ESCRAVOS	96	1005
% de ESCRAVOS no TOTAL da População	16%	33,26%
Média de LIVRE por FOGO	7,6	5,3
Média de ESCRAVOS por FOGOS com ESCRAVOS	5,3	6,3

Fonte:Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801 e 1820. Arquivo Público do Estado de São Paulo

A população escrava representava 16% no total da população, em 1801, elevando-se para cerca de 30% no total da população em 1820. O aumento no percentual de escravos deve-se em parte pelos entrantes mineiros que intensificaram o afluxo para o Nordeste Paulista a partir de 1812 e trouxeram consigo um número significativo de cativos (CHIACHIRI,1973).

Ao observarmos à média de habitante por fogo, notamos que em 1801 tínhamos em média 7,6 livres e 5,3 escravos em cada domicílio com escravos. Ao compararmos esses dados com 1820, notamos uma queda da participação do livres que passaram a perfazer 5,3 em média em cada domicílio e um aumento dos escravos para 6,3 por fogo com escravos.

Essas duas situações, de ampliação da média de cativos por unidade e redução da presença do livre, podem ser explicadas pelo crescimento das escravarias, devido às migrações mineiras e a reprodução natural; e concomitante a esse processo a diminuição da presença do agregado (que representava 33% no total da população em 1801, decaindo para apenas 0,05% em 1820) que no contexto das relações de dependência servia de mão de obra para a unidade produtora. Essa redução da média de livres/agregados também pode estar ligada a diversificação e dinamização da economia do Nordeste Paulista que pode ter oferecido novas oportunidades de terras, cultivos e criações com o passar dos anos.

A historiografia aborda a definição de agregado desde moradores de terra alheia, vivendo por sua própria conta e risco, porém com esquemas de dependência com o proprietário; até um parente, amigo, escravo alforriado ou como extensão da mão de obra familiar e escrava (FRANCO, 1997; MATTOSO, 1988; SAMARA, 2005).

Iraci Del Nero da Costa define os agregados como: *“indivíduos que se incorporassem a domicílios já constituídos e que, por via de consequência, passaram a manter com os chefes de tais domicílios um relacionamento de caráter pessoal.”* (COSTA, 1994:2).

Segundo Eni de Mesquita Samara em trabalho sobre a região de Itu, os agregados são: *“homens livres e sem propriedade que não foram integrados na produção mercantil propriamente dita, mas mantinham ligações com o sistema e contribuía em parte para a sua sustentação.”* (SAMARA, 2005:94)

Nas Listas de Habitantes consultadas, notamos a presença do agregado nos domicílios do Nordeste Paulista. No ano de 1801, 167 agregados habitavam 33 domicílios, tendo em média 5,06 agregados por fogo. Em 1820, 117 agregados habitavam 27 domicílios, tendo em média 3,7 agregados por fogo.

Tabela 3 - Condição Social e Participação nos Fogos – Franca 1801 e 1820

	ANO 1801	ANO 1820
Nº de FOGOS	66	379
Nº Total de FOGOS c/ AGREGADOS	33	27
Nº de FOGOS somente com AGREGADOS	21	11
Nº de FOGOS c/ ESCRAVOS	18	159
Nº de FOGOS c/ AGREG e ESC	12	16
Média de AGREGADOS por FOGO	5,06	4,3

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801 e 1820. Arquivo Público do Estado de São Paulo

Na comparação dos dois períodos, notamos que no início do século XIX, com o começo do afluxo de mineiros pelo *Caminho dos Goyazes* e a ampliação de suas atividades tradicionais de abastecimento interno a figura do agregado estava presente em 50% dos fogos do Sertão do Rio Pardo, o que demonstra, provavelmente, que

muitos dos chefes dos fogos que aqui se estabeleciam traziam com o tempo indivíduos dependentes, parentes ou não seus. Em 1820, com o aumento dos domicílios, da população livre e cativa, e com a dinamização da economia o agregado passa a estar presente em apenas 0,7% dos domicílios demonstrando uma diminuição do papel do agregado como extensão da mão de obra familiar e escrava, como também uma possível diminuição das relações de dependência em que os agregados estavam inseridos e seu estabelecimento em novas propriedades o que era facilitado por se tratar de uma região de fronteira aberta.

Ao observarmos os domicílios, notamos uma grande participação de agregadas, que se ocupavam de pequenos serviços ou atividades domésticas, como no domicílio de Bernardo Machado, 82 anos, viúvo, agricultor que em 1801 tinha 22 agregados, sendo 12 mulheres; e Luciano Antonio, 27 anos, solteiro, lavrador com 8 agregados, sendo 6 mulheres, duas em idade produtiva e ainda sem conhecer o matrimônio. A explicação para essa ampla participação de mulheres pode ser a própria estrutura social e as dificuldades de casamentos na sociedade colonial. (SAMARA,2005). Também notamos, que muitos agregados compartilhavam de escravos e negócios com o chefe do fogo, como em 1820, no domicílio de Hipólito Antônio Pinheiro (Capitão da 1º Companhia de Ordenanças, agricultor e mineiro) havia dois agregado, o negociante Anselmo Ferreira Barcelos e o agricultor João Jose de Souza.⁹

Considerando a Tabela 4, temos que no Termo de Franca para os dois períodos a maioria dos agregados era solteira, o que pode ser explicado pelo fato de que a maioria dos agregados serem mulheres, que por sua vez, eram solteiras e dependentes do chefe do fogo. Os casados e viúvos apresentaram uma pequena participação com números semelhantes nos períodos.

⁹ Lista Nominativa de Habitantes – Franca 1820. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Tabela 4 – Distribuição dos Agregados conforme o Estado Conjugal

Franca 1801 e 1820

	ESTADO CONJUGAL	
AGREGADOS	1801	1820
Solteiros	117	64
Casados	32	33
Viúvos	8	10

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801 e 1820. Arquivo Público do Estado de São Paulo
Nos dois períodos não encontramos informações a respeito de 10 indivíduos

Na Tabela 5, temos a distribuição dos agregados conforme a cor. Ao analisarmos os dois períodos, ressalta-se o predomínio dos indivíduos de cor parda no ano de 1801, enquanto que em 1820 o predomínio é dos indivíduos de cor branca. Os agregados negros Manuel de 60 anos forro e Rita de 50 anos forra, estão presentes apenas em 1820 no domicílio de Hilton Ferreira Barcelos mineiro, agricultor e alferes.

Tabela 5 – Distribuição dos Agregados conforme a Cor

Franca 1801 e 1820

	COR	
AGREGADOS	1801	1820
Branca	28	66
Parda	124	40
Negra	-	2

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801 e 1820. Arquivo Público do Estado de São Paulo
Em 1801 a documentação estava ilegível na informação referente a quinze indivíduos, enquanto que para o ano de 1820 eram nove indivíduos.

No presente artigo, notamos o papel importante que Franca desempenhou, nas duas primeiras décadas do século XIX, como entreposto comercial, produtor de gêneros de subsistência e de base pecuarista, dentro do contexto da economia do Centro-Sul.

Procuramos confrontar dois períodos distintos um no começo do século XIX e outro na segunda década do oitocentos para verificar o crescimento da população e o impacto da dinamização da economia nos domicílios e seus moradores. Dessa maneira, foi possível perceber, um aumento geral da população livre e escrava, por meio de crescimento natural e principalmente por migrações com os “entrantes” mineiros,

como também o papel dos agregados dentro dos domicílios e na estrutura dessa sociedade.

Nos dois momentos a agricultura e pecuária eram a principal atividade econômica dos domicílios, situação que também é verificada em outras localidades da Capitania de São Paulo. Assim, a população do Sertão do Rio Pardo/Freguesia da Franca obtinha o seu sustento com atividades rurais que podiam ser desempenhadas por escravos de pequenos plantéis, grupos familiares e agregados que desempenhavam relações familiares e de dependência com os “chefes dos fogos”.

Referências Bibliográficas

Bacellar, C. A. P e Brioschi, L. R. **Na estrada do Anhanguera. Uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP P.81, 1999.

_____. C. A. P. e Scott, A. S. V. e Bassanezi, M. S. C. B. **Quarenta anos de Demografia Histórica**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v.22, nº2, p.339-350, jul/dez 2005.

Brioschi, L. R. **Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da Freguesia de Batatais – século XVIII e XIX**. São Paulo: CERU, 1991.

Cano, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

Chiachiri, José Filho. **Do Sertão do rio pardo a vila Franca do imperador**. Franca, 1973 Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista

Costa, I. N. **Minas Gerais: estruturas populacionais típicas**. São Paulo: EDEC, 1982

_____. **Por uma definição abrangente da categoria Agregado**. Boletim de História Demográfica, São Paulo, FEA-USP, 1 (1), 1994

Franco, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997.

Freyre, G. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

Furtado, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1995

Gorender, J. **O escravismo colonial**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1978.

Lenharo, A. **As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808 – 1822**. São Paulo: Símbolo, 1979.

Marcelio, M. L. **A demografia histórica brasileira nesse final de milênio**. Brasília: Revista Brasileira de Estudos Populacionais, 14 (1/2), 1997.

_____. **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista 170-1836**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

Mattoso, K. Q. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. Tradução: James Amado. São Paulo: Corrupio, 1988.

Oliveira, L. L. **Economia e História Franca século XIX**. Franca: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

Petrone, M. T. S. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765 – 1851)** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

Prado Júnior, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Samara, E. M. **Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano Itu, 1780 - 1830**. São Paulo: Edusp, 2005.

Tosi, P. G. **Capitais do interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)**. Campinas, 1998. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.